

AVALIAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS METAS FISCAIS

GOVERNO DE RONDÔNIA

3º Quadrimestre 2010

AUDIÊNCIA PÚBLICA EM PAUTA
NA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO
ESTADO DE RONDÔNIA

14 de fevereiro de 2011



AUDIÊNCIA PÚBLICA

Avaliação do Cumprimento das Metas Fiscais **3º Quadrimestre de 2010**

1. INTRODUÇÃO

Esta apresentação objetiva demonstrar o desempenho da execução orçamentária e financeira do exercício de 2010, assim como avaliar o cumprimento das metas fiscais previamente estabelecidas para o Estado de Rondônia. Os números são originários dos Relatórios Bimestrais e Quadrimestrais, publicados no Diário Oficial do Estado, em cumprimento ao disposto no § 4º, art 9º da Lei Complementar nº. 101/2000.

2. RECEITAS

2.1. Receitas Totais

A lei não define receita, limitando-se a determinar e estabelecer uma classificação econômica. Na Administração Pública a receita tem origem tanto em decorrência do poder de império da entidade de direito público interno, como do poder de gerir seu patrimônio econômico-administrativo.

Segundo se depreende do art.11 da Lei Federal nº 4.320/64 a receita classificar-se-á em duas categorias, quais sejam: as receitas correntes e as receitas de capital. As duas categorias resultam na receita total.

No caso sob exame, considerando todas as fontes de recursos, a Receita Total realizada até o 3º quadrimestre de 2010 foi de R\$ 4.787.986.727,91, o que corresponde a 84,17% do total previsto, conforme demonstrado a seguir:



Governo do Estado de Rondônia
Controladoria Geral do Estado
Gerência de Contabilidade

Balanco Orçamentário da Receita						R\$ 1,00
Receitas	Previsão Atualizada 2010	Realizado - Janeiro a Dezembro				
		2010	% Realiz.	2009	% Var.	
Receitas Correntes	5.070.544.144,94	4.627.754.199,93	91,27	3.963.141.544,47	16,77	
Receita Tributária	2.267.681.612,00	2.473.217.810,23	109,06	2.045.629.100,34	20,90	
Receita de Contribuições	124.327.000,00	125.718.277,70	101,12	114.723.955,80	9,58	
Receita Patrimonial	120.355.313,98	83.018.960,60	68,98	82.738.044,19	0,34	
Receita Agropecuária						
Receita Industrial						
Receita de Serviços	115.297.967,49	115.639.948,23	100,30	94.375.533,79	22,53	
Transferências Correntes	2.253.465.099,68	2.069.202.006,51	91,82	1.886.385.270,83	9,69	
Outras Receitas Correntes	673.468.151,79	220.615.696,97	32,76	174.856.126,54	26,17	
Conta Retificadora da Receita Orçamentária	(606.414.000,00)	(620.355.404,19)	102,30	(537.816.185,69)	15,35	
Receitas Intra-Orçamentárias Correntes	122.363.000,00	160.696.903,88	131,33	102.249.698,67	57,16	
Receitas de Capital	618.082.593,50	160.232.527,98	25,92	70.146.169,25	128,43	
Operações de Crédito	382.745.469,00	115.670.124,81	30,22	-	-	
Operações de Crédito Internas	382.745.469,00	115.670.124,81	30,22	-	-	
Operações de Crédito Externas						
Alienação de Bens						
Amortização de Empréstimos	174.000,00	27.728,65	15,94	125.002,15	(77,82)	
Transferências de Capital	235.163.124,50	44.534.674,52	18,94	70.021.167,10	(36,40)	
Outras Receitas de Capital	-	-	-	-	-	
TOTAL	5.688.626.738,44	4.787.986.727,91	84,17	4.033.287.713,72	18,71	

Fonte: GECON/CGE - SIAFEM/RO

O balanço orçamentário da receita demonstra as receitas previstas, em confronto com as realizadas, conforme art. 102, da Lei 4.320/64. No caso específico, a previsão inicial da receita é aquela destacada na LOA-2009 e posteriormente recebeu alimentação automática via SIAFEM, na medida em que os ingressos arrecadados eram efetivados.

Observando o desempenho por categoria econômica, verificamos que as Receitas Correntes correspondem a 91,27% de realização e as Receitas de Capital, 25,92% da previsão atualizada para 2010.

2.1.1. Receitas Correntes

As Receitas Correntes decorrem dos recursos arrecadados pelo Estado através de impostos, taxas e transferências constitucionais e legais. Foram arrecadados nesta categoria R\$ 4.627.754.199,93, representando uma realização de 91,27% das receitas correntes previstas e uma variação positiva de 16,77% em relação ao ano de 2009.

Entre as Receitas Correntes, destacam-se as Tributárias, que apresentaram realização de 109,06% e cuja composição demonstra-se a seguir:



Governo do Estado de Rondônia
Controladoria Geral do Estado
Gerência de Contabilidade

Receita Tributária						R\$ 1,00
Receitas	Previsão atualizada 2010	Realizado - Janeiro a Dezembro				
		2010	% Realiz.	2009	% Var.	
Receita Tributária	2.267.681.612,00	2.473.217.810,23	109,06	2.045.629.100,34	20,90	
ICMS	1.972.762.022,00	2.163.250.521,35	109,66	1.783.706.828,11	21,28	
IPVA	110.400.000,00	110.225.930,34	99,84	94.000.225,36	17,26	
ITCD	4.203.000,00	5.505.620,90	130,99	4.580.484,10	20,20	
IRRF	127.094.000,00	144.561.010,35	113,74	91.878.079,80	57,34	
Taxas	53.222.590,00	49.674.727,29	93,33	71.463.482,97	(30,49)	
TPS - Taxas sobre Prest. de Serviços	46.298.590,00	42.425.114,97	91,63	63.704.708,36	(33,40)	
TPP - Taxas do Poder de Polícia	6.924.000,00	7.249.612,32	104,70	7.758.774,61	(6,56)	

Fonte: GECON/CGE - SIAFEM/RO

O ICMS, principal imposto sobre vendas do Brasil instituído pela reforma tributária de 1988, considerado o maior componente das receitas tributárias teve realização de 109,66%, sobre a previsão atualizada para 2010, representando um montante de R\$ 2.163.250.521,35. Este valor proporcionou um crescimento nominal de 21,28% em comparação com o ano anterior.

Quanto ao IPVA, os números apontam para R\$ 110.225.930,34 realizados no 3º quadrimestre de 2010, representando 99,84% sobre a previsão atualizada e variação positiva de 17,26% relativamente ao mesmo período de 2009.

O segundo maior componente do conjunto de receitas tributárias é representado pelo Imposto de Renda, previsto para 2010 na ordem de R\$ 127.094.000,00; ao final do exercício os registros no SIAFEM apontam para o montante de R\$ 144.561.010,35, representando uma variação positiva de 57,34% em comparação ao ano anterior.

Outro item das Receitas Correntes deve ser atribuído às Transferências Correntes, que apresentaram entre o ano de 2010 e 2009 uma variação nominal positiva 9,69%, conforme demonstrativo:



Governo do Estado de Rondônia
Controladoria Geral do Estado
Gerência de Contabilidade

Transferências Correntes						R\$ 1,00
Receitas	Previsão atualizada 2010	Realizado - Janeiro a Dezembro				
		2010	% Realiz.	2009	% Var.	
Transferências Correntes	2.253.465.099,68	2.069.202.006,51	91,82	1.886.385.270,83	9,69	
FPE	1.561.889.000,00	1.373.453.079,30	87,94	1.274.284.648,44	7,78	
IPI	10.151.000,00	7.088.522,86	69,83	8.846.304,30	(19,87)	
Cota-Parte da CIDE	28.552.000,00	24.926.899,49	87,30	12.833.617,11	94,23	
Cota Parte do Imp. S/Oper. Créd. Camb	175.000,00	135.183,39	77,25	133.359,60	1,37	
Compensação Lei Kandir	3.811.000,00	3.647.328,72	95,71	3.647.328,72	-	
Comp. Financ. De Recursos Minerais	5.336.970,99	6.368.596,57	119,33	5.588.196,41	13,97	
Recursos do SUS	118.663.319,00	108.665.242,11	91,57	102.469.286,11	6,05	
Recursos do FNAS	1.982.000,00	199.513,00	10,07	2.216.439,22	(91,00)	
Recursos do FNDE	44.183.637,47	37.785.535,24	85,52	23.639.750,06	59,84	
Transferências FUNDEB	434.836.680,00	468.353.387,15	107,71	413.180.452,30	13,35	
Outras Transferências e Convênios	43.884.492,22	38.578.718,68	87,91	39.545.888,56	(2,45)	

Fonte: GECON/CGE - SIAFEM/RO

No cômputo geral, as Transferências Correntes apresentaram realização de 91,82%, totalizando o montante de R\$ 2.069.202.006,51. O Fundo de Participação dos Estados - FPE contribuiu com R\$ 1.373.453.079,30, tendo, seu percentual de realização, atingido o patamar de 87,94%, apresentando um crescimento de 7,78% em comparação com o 3º quadrimestre do ano anterior.

As "Transferências FUNDEB", que apresentam valor contabilizado de R\$ 468.353.387,15, e representa o segundo grupo mais significativo das Transferências Correntes. Refere-se, basicamente, ao retorno para aplicação no ensino fundamental. Tal receita, no 3º quadrimestre de 2010, atingiu 107,71% de índice de realização. Em relação ao mesmo período de 2009, observamos crescimento nominal de 13,35%.

2.1.2. Receitas de Capital

As Receitas de Capital, cujo percentual de realização atingiu, apenas 25,92% da receita prevista, não dependem da ação fiscal do Estado. Trata-se, quase na sua totalidade, de valores provenientes de Transferências da União.

Vejamos a seguir:



Governo do Estado de Rondônia
Controladoria Geral do Estado
Gerência de Contabilidade

Receitas de Capital							R\$ 1,00
Receitas	Previsão atualizada 2010	Realizado - Janeiro a Dezembro					
		2010	% Realiz.	2009	%	Var.	
Receitas de Capital	618.082.593,50	160.232.527,98	25,92	70.146.169,25		128,43	
Operações de Crédito	382.745.469,00	115.670.124,81	30,22	-			
Operações de Crédito Internas	382.745.469,00	115.670.124,81	30,22	-			
Operações de Crédito Externas	-	-	-	-			
Alienação de Bens							
Amortização de Empréstimos	174.000,00	27.728,65	15,94	125.002,15		(77,82)	
Transferências de Capital	235.163.124,50	44.534.674,52	18,94	70.021.167,10		(36,40)	
Transferências de Convênios	235.163.124,50	44.534.674,52	18,94	70.021.167,10		(36,40)	
Outras		-		-			

Fonte: GECON/CGE - SIAFEM/RO

Comparando com o mesmo período do ano anterior, observa-se um acréscimo de 128,43%.

Vale assinalar que Receitas de Capital são representadas por transformações patrimoniais que nada acrescentam ao patrimônio público, e na prática elas espelham apenas permutas de bens em valores, no caso de venda de bens públicos ou, com mais expressividade seria a entrada de receita através de empréstimos, que posteriormente serão devolvidos com o devido pagamento da dívida.

3. DESPESAS

3.1. Despesas Totais

No Balanço Orçamentário da Despesa, composto pelas despesas correntes, despesas de capital e reserva de contingência, com relação ao 3º quadrimestre de 2010 o Estado de Rondônia contabilizou R\$ 4.802.411.484,27, a título de despesa executada ou realizada, correspondentes a 80,65% do valor orçado, ou seja, R\$ 5.954.780.088,57 conforme demonstrativo a seguir:



Governo do Estado de Rondônia
Controladoria Geral do Estado
Gerência de Contabilidade

Balço Orçamentário da Despesa						R\$ 1,00
Despesas	Dotação atualizada 2010	Executada - Janeiro a Dezembro				
		2010	% Realização	2009	% Variação	
Despesas Correntes	4.503.877.482,29	4.065.844.380,06	90,27	3.539.151.903,05	14,88	
Pessoal e Encargos	2.245.246.205,25	2.012.486.848,90	89,63	1.767.694.518,91	13,85	
Juros e Encargos da Dívida	113.884.236,24	113.759.073,58	99,89	110.474.501,64	2,97	
Outras Despesas Correntes	2.144.747.040,80	1.939.598.457,58	90,43	1.660.982.882,50	16,77	
Transf. Const. aos Municípios	633.809.859,65	626.184.584,97	98,80	509.619.627,30	22,87	
Outras Despesas Correntes	1.510.937.181,15	1.313.413.872,61	86,93	1.151.363.255,20	14,07	
Despesas de Capital	1.450.902.606,28	736.567.104,21	50,77	902.022.440,24	(18,34)	
Investimentos	1.119.515.145,78	602.173.583,77	53,79	780.295.882,36	(22,83)	
Inversões Financeiras	197.833.249,00	914.182,59	0,46	3.955.140,00	(76,89)	
Amortizações Da Dívida	133.554.211,50	133.479.337,85	99,94	117.771.417,88	13,34	
Outras Despesas De Capital	-	-	-	-	-	
Reserva de Contigência	-	-	-	-	-	
Total das Despesas	5.954.780.088,57	4.802.411.484,27	80,65	4.441.174.343,29	8,13	

Fonte: GECON/CGE - SIAFEM/RO

3.1.1. Despesas Correntes

Esta categoria econômica contém registro das despesas de caráter permanente e continuado da atividade governamental. No 3º quadrimestre de 2010 somaram R\$ 4.065.844.380,06, representando uma realização de 90,27% do valor fixado para o exercício.

As despesas com Pessoal e Encargos Sociais totalizaram R\$ 2.012.486.848,90 correspondendo a 89,63% do orçamento anual. Enquanto isso, pela metodologia da STN, apenas o Poderes Executivo está de conformidade com os limites estabelecidos na Lei de Responsabilidade Fiscal.

Os Juros e Encargos da Dívida, que englobam pagamento de juros, comissões e outros encargos de operações de crédito internas e externas, somaram R\$ 113.759.073,58 correspondendo a 99,89% do estimado para o ano sob análise.

As Outras Despesas Correntes contemplam os gastos relativos, em sua maioria, à manutenção administrativa do Estado e às Transferências Constitucionais aos Municípios, com um total liquidado de R\$ 1.939.598.457,58 correspondentes a 90,43% do fixado para o ano 2010.



3.1.2. Despesas de Capital

As Despesas de Capital apresentaram entre o ano de 2010 e 2009 uma variação negativa de 18,34%, no montante de R\$ 736.567.104,21.

Esta categoria é representada pelos Investimentos com R\$ 602.173.583,77, seguida da Amortização da Dívida, no valor de R\$ 133.479.337,85.

A despesa de capital, como se sabe, resulta no acréscimo do patrimônio do ente que a realiza, aumentando, dessa forma, sua riqueza patrimonial.

4. RESULTADO ORÇAMENTÁRIO

De conformidade com o demonstrativo abaixo, observa-se que as despesas foram realizadas em valores correspondentes 80,65%, em comparação com as despesas previstas nas dotações atualizadas para o exercício de 2010, ao tempo em que as receitas foram arrecadadas num montante equivalente a 84,17% do total previsto para o ano de 2010.

Quadro Comparativo das Receitas e Despesas					R\$ 1,00
Especificação	Receitas Realizadas		Despesas Realizadas		
	2010	% Realização	2010	% Realização	
Correntes	4.627.754.199,93	91,27	4.065.844.380,06	90,27	
Capital	160.232.527,98	25,92	736.567.104,21	50,77	
TOTAL	4.787.986.727,91	84,17	4.802.411.484,27	80,65	

Fonte: GECON/CGE - SJAFEM/RO

Quanto ao Resultado Orçamentário, o Estado encerrou o período sob análise com superávit corrente em R\$ 561.909.819,87, para uma Receita Corrente de R\$ 4.627.754.199,93 e uma Despesa Corrente de R\$ 4.065.844.380,06. O Superávit Corrente indica o excedente apurado no financiamento das Despesas Correntes, com sobra para cobertura de parte



Governo do Estado de Rondônia
Controladoria Geral do Estado
Gerência de Contabilidade

das Despesas de Capital. As Despesas de Capital totalizaram R\$ 736.567.104,21 para uma receita de R\$ 160.232.527,98, resultando Déficit Orçamentário no montante de R\$ 14.424.756,36.

Demonstrativo do Resultado Orçamentário				R\$ 1,00
Especificações	Janeiro a Dezembro			
	2010	2009	Varição %	
Receitas Correntes	4.627.754.199,93	3.963.141.544,47	16,77	
(-) Despesas Correntes	(4.065.844.380,06)	(3.539.151.903,05)	14,88	
Superávit Corrente	561.909.819,87	423.989.641,42	32,53	
(+) Receitas de Capital	160.232.527,98	70.146.169,25	128,43	
(-) Despesas de Capital	(736.567.104,21)	(902.022.440,24)	(18,34)	
Déficit/Superávit Orçamentário	(14.424.756,36)	(407.886.629,57)	(96,46)	

Fonte: GECON/CGE - SIAFEM/RO

Déficit Orçamentário, conforme apresentado, significa que a despesa foi maior do que a receita, mas não revela os aspectos econômicos que estão por trás da operação. A contabilidade registra os fatos e a economia explora os eventos para definir rumos da política fiscal. Certo é que o déficit orçamentário está intimamente ligado às despesas de capital, com ênfase para os investimentos.

5. DESPESAS DE PESSOAL E LIMITES

No cálculo das Despesas de Pessoal, as mesmas estão de conformidade com a Portaria nº 462, de 05/08/2009, da Secretaria do Tesouro Nacional, que aprova a 2ª edição do Manual Técnico de Demonstrativos Fiscais, e em relação à Receita Corrente Líquida dos 12 últimos meses apresenta-se da seguinte forma:

O Poder Executivo atingiu o patamar de 39,81%, longe do limite prudencial que é de 46,55% e do limite máximo de 49% da RCL.

Enquanto isso, o Poder Legislativo, que congloba o Tribunal de Contas está na faixa de 3,22%, superando o limite prudencial de 2,85% e do limite máximo de 3%.



Governo do Estado de Rondônia
Controladoria Geral do Estado
Gerência de Contabilidade

O Poder Judiciário registra despesa realizada com pessoal na faixa de 6,17%, acima do limite prudencial que é de 5,70% da RCL, acima do limite máximo de 6%.

O Ministério Público, nesse ano de 2010 tem contabilizado em seus gastos com pessoal o equivalente a 2,45%, superior ao limite prudencial de 1,90% e do limite máximo de 2%, portanto, em que pese os esforços de gestão, o percentual de gasto com pessoal está acima do previsto nas metas fiscais estabelecidas para cumprimento por parte do MP de Rondônia.

Despesa de Pessoal X Receita Corrente Líquida R\$ 1,00
Últimos 12 meses (Janeiro a Dezembro de 2010)

Poder	Realizado		Limite prudencial	Limite máximo
	Valor (1)	%		
Executivo	1.478.924.894,24	39,81	46,55%	49,00%
Legislativo	119.708.949,60	3,22	2,85%	3,00%
Assembléia Legislativa	70.387.705,60	1,89		
Tribunal de Contas	49.321.244,00	1,33		
Judiciário	229.367.453,88	6,17	5,70%	6,00%
Ministério Público	91.123.352,37	2,45	1,90%	2,00%
Total	1.919.124.650,09	51,66%	57,00%	60,00%

Fonte: GECON/CGE - SIAFEM/RO

(1) Não estão computadas as deduções constantes do parecer nº 56/2002 TCRO e do parecer prévio nº 107/2001 TCRO, visando dar conformidade ao disposto na portaria STN nº 462 de 05/08/2009.

RCL em 30/12/2010 = R\$3.715.154.433,38

A repartição dos limites globais do art. 19 da LRF estão sendo afetadas porque o Poder Legislativo, Poder Judiciário e Ministério Público que excederam os percentuais máximos, o que compromete o art. 20 desse mesmo diploma legal. Mas de qualquer forma, o percentual de despesas com pessoal efetivamente realizado em 2010 estagnou a faixa de 51,66% da RCL, com bastante folga até atingir o limite máximo de 60% previsto da lei de responsabilidade fiscal.

6. DESPESA COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO

Segundo o regramento previsto no art. 22 da Lei Federal nº 11.394, de 20.06.2007, o mínimo de 60% dos recursos do FUNDEB deve ser utilizado na remuneração dos profissionais do Magistério (professores no exercício da docência e técnicos das áreas de administração ou direção escolar, supervisão, orientação educacional, planejamento e inspeção escolar) em efetivo exercício no ensino fundamental público, e o restante (máximo de



Governo do Estado de Rondônia
Controladoria Geral do Estado
Gerência de Contabilidade

40%) em outras ações de manutenção e desenvolvimento desse nível de ensino.

As despesas liquidadas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino totalizaram, até o 3º quadrimestre de 2010, o montante de R\$ 817.061.618,47 correspondendo a 25,21% da Receita Líquida sobre Impostos e Transferências. Verifica-se, portanto, que o Estado de Rondônia, pelo enfoque metodológico da STN aplicou o percentual acima do estabelecido no Art. 212 da Constituição Federal, conforme demonstrado a seguir:

Receitas e Despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino		
Descrição	Realizado - Janeiro a Dezembro	
	2010	2009
Receita Líquida de Impostos	3.241.186.117,60	2.785.759.025,00
Total da Despesa considerada para fins de Limite Constitucional	817.061.618,47	753.862.043,00
% Aplicado na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino	25,21	27,06

Fonte: GECON/CGE - SIAFEM/RO

7. DESPESA COM AÇÕES E SERVIÇOS DE SAÚDE

No 3º Quadrimestre de 2010, os gastos com saúde atingiram o montante de R\$ 480.836.358,84 o que corresponde a 14,89% da Receita Líquida sobre Impostos e Transferências, portanto acima do limite estabelecido na Emenda Constitucional nº 29, de 13.09.2000, ou seja, dos 12% (doze por cento) do produto da arrecadação dos impostos a que se refere o art. 155 e dos recursos de que tratam os arts. 157 e 159, inciso I, alínea a, e inciso II, previstas na CF deduzidas as parcelas que forem transferidas aos respectivos Municípios.



Governo do Estado de Rondônia
Controladoria Geral do Estado
Gerência de Contabilidade

Despesas Próprias com Saúde			R\$ 1,00
Descrição	Realizado - Janeiro a Dezembro		Limite Constitucional
	2010	2009	
Total da Receita Vinculada a Saúde	3.229.786.759,43	2.781.148.366,60	
Total da Despesa Próprias com Saúde	480.836.358,84	383.467.930,12	
%l Aplicado nas Despesas Próprias com Saúde	14,89	13,79	12%

Fonte: GECON/CGE - SIAFEM/RO

8. RESTOS A PAGAR

Ao final do ano de 2010, a conta contábil Restos a Pagar Inscrito totalizou R\$ 365.786.378,71, dos quais 342.535.882,54 foram inscritos pelo Poder Executivo e R\$ 23.250.496,17 pelos Poder Legislativo, Poder Judiciário, Ministério Público e Defensoria Pública.

Vejamos o quadro abaixo que sintetiza operações de Restos a Pagar 2009:

Demonstrativo dos Restos a Pagar 2010				R\$ 1,00
Descrição	Não Processados	Processados	Total Geral	
Poder Executivo	232.300.601,08	110.235.281,46	342.535.882,54	
Administração Direta	179.900.264,61	99.970.486,81	279.870.751,42	
Administração Indireta	52.400.336,47	10.264.794,65	62.665.131,12	
Poder Judiciário	6.784.249,04	918.715,49	7.702.964,53	
Poder Legislativo	7.788.579,10	1.450.095,50	9.238.674,60	
Ministério Público	3.087.770,33	1.544.414,65	4.632.184,98	
Defensoria Pública	1.640.208,07	36.463,99	1.676.672,06	
Total	251.601.407,62	114.184.971,09	365.786.378,71	

Fonte: GECON/CGE - SIAFEM/RO

Obs: Dentro de Adm. Direta estão os FUNDOS

No 3º Quadrimestre de 2009 o Estado fechou suas contas com R\$ 665.102.392,29 em Restos a Pagar processado e não processado. Enquanto isso em 2010, Restos a Pagar contabilizou R\$ 365.786.378,71, ou seja, pouco menos de R\$ 299.316.013,58 em relação ao ano anterior, mas exerce um enorme impacto no resultado primário e resultado nominal.



9. RESULTADO PRIMÁRIO

O Resultado Primário tem por finalidade demonstrar a capacidade do Estado de honrar o pagamento do serviço de sua dívida. Através dele, demonstra-se o grau de autonomia do Estado para, utilizando suas receitas próprias e transferências constitucionais e legais, honrar os pagamentos das suas despesas correntes (inclusive as de pessoal e transferências a municípios), das suas despesas de capital (aí incluídos os investimentos) e ainda gerar poupança para atender o serviço da dívida.

Nessa avaliação, são consideradas apenas as receitas e despesas fiscais, que não incluem receitas de operações de crédito e de alienação de bens, e as despesas com o pagamento de juros, encargos e amortizações da dívida. Qual seja, por orientação metodológica, o Resultado Primário é obtido sem a consideração do impacto da dívida, bem como das aplicações financeiras e operações de crédito incorridas.

Demonstrativo do Resultado Primário				R\$ 1,00
Descrição	Previsão Atualizada 2010	Realizado		
		Dezembro 2010	Janeiro a 2009	
1 - Receitas Fiscais Correntes	4.950.213.830,96	4.544.737.500,20	3.880.410.606,96	
2 - Receitas Fiscais de Capital	235.163.124,50	44.534.674,52	70.021.167,10	
3 - Receitas Fiscais (1 + 2)	5.185.376.955,46	4.589.272.174,72	3.950.431.774,06	
4 - Despesas Fiscais Correntes	4.389.993.246,05	3.952.085.306,48	3.428.677.401,41	
5 - Despesas Fiscais de Capital	1.317.335.394,78	603.087.766,36	784.251.022,36	
6 - Despesas Fiscais (4 + 5)	5.707.328.640,83	4.555.173.072,84	4.212.928.423,77	
Resultado Primário (3 - 6)	(521.951.685,37)	34.099.101,88	(262.496.649,71)	
8 - Saldo de Exercícios Anteriores		266.153.350,13	-	

Meta do Resultado Primário para o ano de 2010 = (267.200.489,00)
Fonte: GECON/CGE - SIAFEM/RO

Na previsão atualizada da despesa não consta a Reserva de Contingência

O Resultado Primário verificado no 3º quadrimestre de 2010 foi positivo em R\$ 34.099.101,88 enquanto a meta prevista era de R\$ 267.200.489,00, negativo.

Analisando esse quadro, poder-se-ia dizer que o total das receitas foi superior às despesas realizadas. Os restos a pagar 44,28% bem inferior ao exercício de 2009 no valor de R\$ 568.233.594,52, contribuíram para a modificar a trajetória do resultado primário antes negativo.



10. RESULTADO NOMINAL

Quanto ao Resultado Nominal, que evidencia a variação da Dívida Fiscal Líquida entre dois períodos o mesmo sugere o montante de R\$ 295.934.883,02. Vale ressaltar que a meta prevista era de R\$ 133.531.268,00 negativo, conforme previsto na LDO-2009, ou seja, na Lei Estadual nº 2.138, de 27.07.2009 e alterações.

Demonstrativo do Resultado Nominal				R\$ 1,00
Especificação	Saldo		Resultado Nominal 3º Quadr.2010 (A-B)	
	30/12/2010 (A)	31/12/2009 (B)		
I - Dívida Consolidada (1)	2.464.079.151,13	2.273.808.623,60		
(-) Ativo Disponível	(454.769.626,14)	(555.072.581,12)		
(-) Haveres Financeiros	(62.530.449,63)	(50.552.074,15)		
(+) Restos a Pagar	114.030.273,73	96.690.497,74		
II - Dívida Consolidada Líquida	2.060.809.349,09	1.764.874.466,07		
III - Receita de Privatizações	-	-		
IV - Passivos Reconhecidos	-	-		
V - DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA (II + III+IV)	2.060.809.349,09	1.764.874.466,07	295.934.883,02	
META DE RESULTADO NOMINAL FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/ O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA			(133.531.268,00)	

Fonte: GECON/CGE - SIAFEM/RO

Nota: Não foram considerados para efeito de apuração da Dívida Consolidada Líquida os valores referentes ao IPERON, de acordo com a Portaria nº 470/2004 da STN.

Comparando o resultado nominal de 2009 com o resultado nominal de 2010 podemos observar o seguinte: Em 2009 o saldo efetivo estagnou no montante positivo de R\$ 158.150.577,36, enquanto que a projeção na LDO-2008 era negativa em R\$ 103.425.000,00. Em 2010, no fechamento das contas o nominal apresentou-se positivo em R\$ 295.934.883,02, enquanto estava previsto na LDO-2009 o montante negativo de R\$ 133.531.268,00.

O Demonstrativo do Resultado Nominal é claro, a conta Restos a Pagar no valor de R\$ 114.030.273,73 e a conta Ativo Disponível no valor de R\$ 454.769.626,14 exerce forte pressão para modificação do resultado nominal.

O Resultado Nominal representa a diferença entre todas as receitas arrecadadas e todas as despesas empenhadas, inclusive aquelas relacionadas



Governo do Estado de Rondônia
Controladoria Geral do Estado
Gerência de Contabilidade

com a dívida do setor público. Esse resultado indica em quanto a dívida aumentou ou reduziu no exercício ou num período determinado de tempo.

11. DÍVIDA PÚBLICA

Ao final do 3º trimestre de 2010 a dívida consolidada apresentou saldo de R\$ 2.464.079.151,13 sendo R\$ 2.129.283.343,72 originários da dívida interna, R\$ 18.224.062,50 da dívida externa e R\$ 316.571.744,91 de outras dívidas (precatórios).

Comparando-se este saldo com aquele obtido em 2009, verificamos que houve um acréscimo na ordem de 8,37%, conforme demonstrativo:

Dívida Consolidada				R\$ 1,00
Tipo	3º Trimestre		Variação %	
	2010	2009		
Interna	2.129.283.343,72	1.955.051.192,77	8,91	
Externa	18.224.062,50	26.662.125,00	(31,65)	
Outras (Precatórios post. a 05/05/2000)	316.571.744,91	292.095.305,83	8,38	
Total	2.464.079.151,13	2.273.808.623,60	8,37	

Fonte: GECON/CGE - SIAFEM/RO

Em relação à Receita Corrente Líquida – RCL, cujo comprometimento em relação à Dívida Consolidada Líquida não deve ultrapassar o limite de 2,0 (art. 3º. Inciso I, Resolução nº 40 do Senado Federal), observa-se que, no 3º trimestre de 2010 atingimos 0,55. Portanto, estamos cumprindo plenamente os princípios da Lei de Responsabilidade Fiscal, conforme quadro a seguir 2009:

Dívida Consolidada Líquida / RCL				R\$ 1,00
Tipo	DCL	RCL	DCL/RCL	
Exercício de 2009	1.764.874.466,07	3.236.548.262,70	0,55	
Em Dezembro de 2010	2.060.809.349,09	3.715.154.433,38	0,55	

Fonte: GECON/CGE - SIAFEM/RO
Limite da Dívida Consolidada Líquida = 2 x RCL

Nota: Não foram considerados para efeito de apuração da Dívida Consolidada Líquida os valores referentes ao IPERON, de acordo com a Portaria nº 470/2004 da STN.



12. CONCLUSÃO

Ao final do 3º quadrimestre de 2010, o Estado registrou Superávit Primário de expressão significativa no valor de R\$ 34.099.101,88, revertendo a situação prevista na LDO-2009 que acenava uma negatividade de R\$ 267.200.489,00.

Metas da LDO			R\$ 1,00
Descrição	Valor Realizado	Metas da LDO	
Resultado Primário	34.099.101,88	(267.200.489,00)	
Resultado Nominal	295.934.883,02	(133.531.268,00)	

Fonte: GECON/CGE - SIAFEM/RO

O Resultado Nominal que por sua vez demonstra aumento do estoque da Dívida Fiscal Líquida no valor positivo de R\$ 295.934.883,02, denota que não houve cumprimento da meta estabelecida na LDO-2009 prevista no montante negativo de R\$ 133.531.268,00.

Enquanto isso, a relação da Dívida Consolidada Líquida com Receita Corrente Líquida encerrou o terceiro quadrimestre de 2010 em 0,55, bem abaixo do 2,0 limitados por lei.

No 3º Quadrimestre de 2010, o resultado nominal foi pressionado pelas apropriações na conta Restos a Pagar, pelos lançamentos dos precatórios judiciais que contribuem para o agravamento do principal indicador da dívida pública, ou seja, o percentual que seu estoque representa em relação à RCL, em face da limitação imposta pela Lei de Responsabilidade Fiscal, pois todos os precatórios posteriores a 05/05/2000, ainda em aberto, são computados para cálculo do referido limite.

Limites Constitucionais e Legais				R\$ 1,00
Descrição	Limite Realizado	Limite Prudencial	Limite Máximo	
Despesa com Pessoal	51,66%	57,00	60,00	
Dívida	0,55	1,80	2,00	
Garantias de Valores	-	0,00	22,00	
Op. de Crédito Internas e Externas	-	0,00	16,00	
Op. de Crédito por Antecipação de Receita	-	0,00	7,00	

Descrição	Limite Realizado	Limite Mínimo	
Educação	25,21	25,00	
Saúde	14,89	12,00	

Fonte: GECON/CGE - SIAFEM/RO



Governo do Estado de Rondônia
Controladoria Geral do Estado
Gerência de Contabilidade

Quanto às despesas com pessoal, dívida pública, educação e saúde, atendem aos limites estabelecidos, conforme pode ser observado no demonstrativo anterior.

Porto Velho, 14 de fevereiro de 2011.